

ACTA DO CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL REDE SOCIAL DO CONCELHO DE CASTRO VERDE

Aos vinte e sete dias do mês de Junho de dois mil e sete, reuniu o CLAS da Rede Social do Concelho de Castro Verde com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- **Ponto Um** - Apreciação e eventual aprovação das Propostas de Parecer elaboradas pelo Núcleo Executivo, no âmbito do PARES;
- **Ponto dois** - Aprovação do Plano de Acção do CLAS da Rede Social – 2007/2009;
- **Ponto três** - Outros assuntos de interesse.

Estiveram representadas as entidades, cuja presença foi registada na folha que se anexa à presente acta e que dela é parte integrante.

A reunião teve início com a solicitação do presidente do CLAS à Técnica Superior de Serviço Social do Município no sentido de que se procedesse à leitura da acta da reunião anterior, isto apesar da mesma ter sido enviada para apreciação por parte dos presentes. Submetida a votação foi a mesma foi aprovada, com as abstenções dos seguintes parceiros: Francisco Tonim, Manuela Florêncio, Cidália Gil e Ana Rita. Todos por não terem estado presentes na reunião. Seguidamente, o presidente do CLAS apresentou as boas vindas ao novo representante da Escola secundária, professor Francisco Tonim, uma vez que foi a primeira reunião em que participou na qualidade de presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária. Iniciado o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o presidente do CLAS começou por fazer um breve enquadramento relativamente à nova emissão de pareceres acerca das candidaturas apresentadas pelas IPSS's do Concelho ao Programa PARES, uma vez que o CLAS já se havia pronunciado anteriormente sobre as mesmas. Assim, o Presidente do CLAS sublinhou a dificuldade tida pelo Núcleo Executivo em emitir os pareceres à luz da nova grelha enviada pela Segurança Social, uma vez que a referida grelha, bem como os seus critérios sustentatórios não são convergentes com a estrutura do formulário de candidatura ao Programa PARES. Nesta sequência, o Dr. José Guerra apresentou algumas justificações para a importância do Parecer a emitir pela Rede, referindo que num futuro breve irá haver uma diferença no modelo

de financiamento da Segurança Social: será um financiamento às famílias em vez de se financiarem instituições. O Presidente do CLAS apresentou, então, as Propostas de Parecer emitidas pelo Núcleo do CLAS relativamente a cada um dos projectos apresentados e que são:

- Projecto de criação da valência de Lar na Fundação Joaquim António Franco e seus Pais em Casével – Parecer Favorável com 85,8 Pontos;
- Projecto de ampliação do Lar Jacinto Faleiro, Castro Verde – Parecer Favorável com 85,8 Pontos;
- Projecto de criação da valência de lar de 3.^a Idade pelo Lar Frei Manoel das Entradas – Parecer Favorável com 76,2 Pontos.

Seguidamente, foi proposta a seguinte metodologia para apreciação dos documentos antes elaborados: análise de todos os parâmetros, referenciando-se aqueles que, dada a sua natureza, foram alvo de maior polémica e discordância. O presidente do CLAS no sentido de ilustrar a dificuldade sentida pelo Núcleo, fez um exercício de simulação, alterando os valores atribuídos nalguns dos critérios menos consensuais, em particular o da sustentabilidade e o das parcerias. Em face deste exercício de experimentação, o Dr. José Guerra questionou o Presidente do CLAS se as suas sugestões se assumiam como contrapropostas à posição do Núcleo, ao que o presidente do CLAS clarificou que se tratava apenas de uma simulação, cujo propósito era o de agitar os parceiros para a reflexão e consciencializá-los da dificuldade de imprimir objectividade à apreciação das candidaturas. O Sr. Manuel António Domingos sublinhou a importância de manter o posicionamento das candidaturas, em resultado do parecer anteriormente emitido, reconhecendo, no entanto, a dificuldade de o fazer à luz da nova grelha de critérios. Assim, compreende mas não concorda com a pontuação atribuída à Candidatura do Lar Frei Manoel das Entradas, que representa. Em face deste argumento, o Dr. José Guerra usou da palavra para propor a alteração da pontuação atribuída ao critério da sustentabilidade na candidatura do Lar Frei Manoel das Entradas, igualando, assim, este valor ao das restantes candidaturas. A fundamentação para tal sugestão resulta, nas palavras do próprio na alteração do modelo de financiamento que se prevê, bem como no facto da valência de Lar ser rentável. Assim sendo, encontravam-se para votação duas propostas em presença: A anteriormente descrita da responsabilidade do Núcleo Executivo do CLAS e a agora formulada pelo Dr. José Guerra que iguala as três candidaturas. Depois de devidamente apreciadas pelos diferentes parceiros e submetidas a votação foi votada maioritariamente a proposta da responsabilidade do Dr. José

Guerra, merecendo apenas um voto desfavorável da representante da Esdime. Desta forma, ficou assente que todas as candidaturas mereceriam parecer favorável, sendo este parecer, qualitativamente, igual e de 85,8 pontos para todas as candidaturas.

Já no âmbito do segundo ponto da Ordem de Trabalhos – Aprovação do Plano de Acção da Rede Social – 2007/2009, o Presidente do CLAS começou por fazer uma pequena introdução relativamente à importância deste instrumento de planeamento, salientando que de cada projecto deverá ser elaborada uma ficha individual complementar à informação contida no documento agora em apreciação. Referiu, por outro lado, o facto do Plano de Acção ser um documento necessariamente em aberto, subsistindo a possibilidade de se procederem a ajustamentos no início do ano seguinte, dado o carácter plurianual do mesmo.

Nesta sequência o Dr. José Guerra salientou a importância de se harmonizarem os instrumentos de planeamento, nomeadamente PDS e Planos de Acção, bem como os respectivos tempos com a vigência do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006/20080’p.(PNAI). Acrescentou ainda que deve ter havido alguma dificuldade na construção do Plano de Acção, uma vez que o Plano de Desenvolvimento Social do concelho se encontra em fase de remodelação. Em presença deste comentário, o presidente do CLAS acrescentou que a reestruturação do PDS, agora em curso, tem mais a ver com a forma do documento do que propriamente com o conteúdo, uma vez que o actual PDS ainda se encontra em vigor, assim permanecendo até ao final do corrente ano. Posto isto, propôs à parceria uma metodologia de trabalho para apreciação do documento, que visa uma passagem por todos os Eixos e Projectos na perspectiva de, na presença de todos os intervenientes, proceder a eventuais correcções. Nesta sequência, foram sendo registadas todas as alterações propostas, bem como finalizadas as colunas referentes às estimativas de custos, que até ao momento ainda se mantinham em aberto por falta de dados. Depois de analisado o documento na sua globalidade foi proposta a sua votação, daí resultando a sua aprovação por unanimidade.

Chegados ao último ponto da Ordem de Trabalhos, o presidente do CLAS começou por colocar à consideração dos parceiros algumas propostas de logótipo da Rede Social elaboradas pelo Gabinete de Comunicação do Município e que, nas palavras do próprio, servirá para tornar a imagem da Rede Concelhia mais personalizada. Duma primeira análise resultou a selecção de três dos símbolos propostos, que seguidamente foram identificados com as letras A, B e C (Conforme Documento que se anexa) e proposta a sua votação numa lógica de decisão final. O símbolo A obteve cinco votos, o C quatro e

o B sete, tendo sido o escolhido. A argumentação utilizada em sua defesa prende-se com o facto deste símbolo integrar de modo rigoroso o espírito do que deve ser uma Rede Social, nomeadamente no que diz respeito à abertura, articulação e partilha.

Finalmente, foi solicitado ao Dr. José Guerra que clarificasse a distinção entre Gabinetes de Apoio à Família e Gabinetes de Desenvolvimento Parental. Em face desta questão, o Director do Instituto de Segurança Social, Dr. José Guerra verbalizou que os GAF já fazem pouco sentido, uma vez que o seu nível de abrangência é o da escola e que dever-se-á privilegiar uma lógica mais integrada e abrangente. Quanto ao Gabinete de Desenvolvimento Parental deverá a possibilidade de instalação desta valência ser equacionada ao nível da Rede Social, tendo sempre presentes os princípios da optimização dos recursos disponíveis na comunidade e o da abordagem integrada à família.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta.